

Por **Inês Barbosa de Oliveira**

Em 2007 foi publicado na Revista Educação e Sociedade (n. 98) o Dossiê: Estudos do Cotidiano e Educação. Nesse estava um artigo de Inês Barbosa de Oliveira em que a autora cunhava o termo *cegueira epistemológica* esclarecendo que: *Ouso trazer para essa discussão a idéia de que há, em cada um de nós, uma cegueira epistemológica, oriunda da parcialidade de nossa visão desenvolvida no seio de uma cultura, também sempre parcial (Santos, 2003) e de experiências singulares. Não detemos, portanto, os meios para compreender e poder, a partir daí, crer e ver/ler/ouvir, determinadas classificações, determinadas formas de compreender o mundo, determinadas formas de organização social, determinados valores morais, entre tantas outras coisas que nos causam espanto e nos imobilizam a capacidade de raciocinar “friamente” (OLIVEIRA, 2007).*

A noção vem sendo crescentemente utilizada, demonstrando seu potencial para a compreensão dos modos de compreender o mundo e sua influência sobre crenças, ideários, modos de fazer pesquisa e de dialogar com seus resultados. Por esta razão, mas não só, dez anos depois, esta proposta de número temático buscou incitar colegas e estudiosos das Ciências Sociais e da Educação a apresentarem artigos baseados em reflexões voltadas a debates epistemológicos sobre pesquisa em educação. Esclarecemos, aqui que, mais do que incorporar a noção em si, atender a essa chamada exigiria dos autores abordar, em suas propostas, questões epistemológicas, ou seja, trazer à luz, seguindo o que a própria noção preconiza, a necessidade de se considerar que estar em um determinado campo epistemológico nos coloca exigências e limites, que precisam e merecem ser explicitados e problematizados. O objetivo deste número é, portanto, o de evidenciar a operacionalidade da noção e seu potencial de enriquecimento das reflexões desenvolvidas em nossas pesquisas num duplo sentido, seja pelo seu uso e operacionalidade própria, seja em uma forma de meta-utilização, em que assumimos nosso ponto de vista e, a partir disso, nos percebemos “cegos” para aquilo que eles não podem perceber, conter ou estudar. Ao apresentarmos, portanto, a chamada, tínhamos como meta obter um número temático plural, rico e denso, que levasse à produção de debates, e talvez embates, enriquecedores para o campo da pesquisa em educação.

Nossa alegria com as tantas propostas submetidas deu origem à preocupação com a qualidade e celeridade necessárias às avaliações. Agradecemos, portanto, tanto aos que consideraram nossa noção relevante o bastante para nos enviarem suas propostas, bem como a todos aqueles que aceitaram nosso convite para atuar como parecerista neste número. O resultado não poderia nos deixar mais felizes! Nosso “dossiê” sai com mais artigos do que o habitual, possibilidade aberta pelo mundo virtual às publicações científicas, atendendo, portanto, um amplo espectro de leitores. Dois dos artigos, os que abrem o dossiê, foram produzidos por colegas estrangeiros e um deles numa parceria Brasil-EUA. Os demais são oriundos de grupos de pesquisa, abordagens epistemológicas, políticas e temáticas de diferentes estados brasileiros, assegurando à nossa Revista a tão almejada pluralidade de ideias, cuja defesa se torna cada dia mais necessária.

Iniciamos este número com nossos dois autores de fora do país, cujos textos estão publicados na língua em que preferem escrever, o inglês. Maria Alfredo Moreira nos propõe analisar o modo como as epistemologias tecnicistas subjazem às formas de educação subtrativa à qual os estudantes bilingues/biculturais são sujeitos utilizando narrativas evidenciando o modo como as epistemologias Ocidentais e Eurocêntricas, e a “cegueira epistemológica” funcionam nas escolas minando uma educação progressista e inclusiva para os estudantes bilingues/biculturais. Por sua vez, Todd Price faz um esforço no sentido de problematizar a formação docente atual, percebendo nela epistemicídios cometidos contra conhecimentos que, para ele, seriam os fundamentos da formação docente. Usa para isso a noção de Teoria Itinerante do Currículo e a de cegueira epistemológica, instrumentos da crítica aos epistemicídios que identifica.

João Paraskeva e Maria Luiza Sússekind assumem o campo do pensamento à esquerda e exploram as características de abissalidade e cegueira epistemológica acusadas no pensamento moderno tendo o dissenso como rota. Utiliza a metáfora do rio num movimento, em direção ao Sul, de enfrentamento da cegueira epistemológica argumentando como essas tradições fluem juntas na história do campo das teorias curriculares e é inegável o quanto contribuíram para a luta por um currículo mais justo.

João Mattar e Wanderlucy Czeszak sugerem que a pós-graduação stricto sensu profissional no Brasil é um espaço propício para o desenvolvimento de pesquisas sobre educação a distância. Assumem o objetivo de investigar se existe uma cegueira epistemológica entre as áreas da educação em geral e da educação a distância, assim como entre os campos dos mestrados (e doutorados) acadêmicos e profissionais, e identificam resistências por parte da academia em relação à pós-graduação stricto sensu

profissional, especialmente na área de educação, assim como em relação à educação a distância.

Viviane Ines Weschenfelder e Elí Henn Fabris discutem, em seu artigo, as questões éticas imbricadas na pesquisa em Educação e, de modo mais amplo, nas Ciências Humanas, a partir do conceito de alteridade. O texto apoia-se nas teorizações desenvolvidas por autores da Filosofia da Educação e de outros referenciais que contribuem para pensar a ética na pesquisa, mostrando como mudanças significativas na área das Ciências Humanas exigem do pesquisador outros posicionamentos. Na luta contra a cegueira epistemológica, e ética, as autoras defendem a permanente problematização das relações éticas na pesquisa, que se daria em uma ética do desconforto.

Gregory da Silva Balthazar e Fabiana de Amorim Marcello se perguntam: em tempos sombrios, que nos tornam, cada vez mais cegos diante da dor do outro, como pensar sobre o tema de uma responsabilização ética sobre a dor de corpos legados a uma condição precária? Para dar conta deste objetivo, conjugam duas discussões fazendo uma aposta no conceito de imagem, assumindo-o como fio condutor do debate num diálogo entre Georges Didi-Huberman e Judith Butler discutindo, a partir deles, o conceito de cegueira epistemológica como um tipo de retórica do inimaginável presente nas imagens do sofrimento e da dor humana, notadamente das mulheres, em tempos de guerra.

Virgínia Louzada e Nilda Alves indicam a posição importante da noção de cegueira epistemológica na formação de pesquisadores e nos processos de pesquisa, em especial na corrente chamada de “pesquisas nos/dos/com os cotidianos”. Entendem que nossa própria formação pode nos cegar quanto a outras possibilidades de compreensão daquilo que pesquisamos e que, no processo de formação, no contato com ideias diferentes, podemos nos interrogar acerca de outros caminhos. Perguntam-se como superar nossas cegueiras individuais e respondem que isso é possível nas inúmeras redes de pesquisa de que participamos e que nos indicam nossos pontos cegos e nos permitem ir além deles.

Doriele Andrade Duvernoy assume por objetivo do artigo levar o pesquisador em Educação a se questionar sobre os desafios dos contextos de leitura e de escrita de uma pesquisa diante das questões envolvendo o rigor acadêmico, a cegueira epistemológica e o reconhecimento do saberes/fazer/valores e emoções contra-hegemônicos. Para refletir, articula René Magritte e Michel Foucault com os fundamentos da pesquisa-ação. Entende que o pesquisador “representa” através do discurso, o seu objeto de pesquisa, sem muitas vezes perceber que o que ele de fato faz é produzir uma noção particular daquele objeto que não é em si o objeto. Problematisa formas de “produzir” objetos e sujeitos de pesquisa e pensa em pesquisas balizadas pela ética voltadas à superação da

cegueira epistemológica, questionando a noção de “verdade”, de pesquisadores que assumem autoritariamente a objetividade e o rigor científico para impor as “suas”.

Clarice Salete Traversini e Julia Milani Reis, Konstans-Steffen objetivam analisar como o processo de pesquisar com a escola pode potencializar olhares epistemológicos plurais quando construídos no coletivo de professoras-pesquisadoras que atuam na escola e na universidade. Para tanto, realizam uma aproximação das noções de cegueira epistemológica e de problematização. Concluem que a aproximação das noções se tornou potente e desafiante para o processo de pesquisar com a escola, ao assumir a pesquisa como um gesto investigativo que pluraliza verdades, para pensá-las como problemas. Concluem que, dar-se conta da parcialidade de nossa visão e problematizar fazeres e saberes cotidianos no processo de pesquisar com é pensar a própria ciência.

Daniel Bruno Momoli e Luciana Gruppelli Loponte apresentam um texto com um conjunto de pesquisas realizadas no campo da educação a partir de noções e conceitos advindos da aproximação de outros dois campos de saber, a arte e a filosofia. Entendem que, com estes movimentos, experimentam formas de habitar a escola como um gesto político de fazer a escola se pensar por dentro. Buscam princípios éticos de ação na perspectiva foucaultiana de “uma estética da existência”.

Janete Magalhães Carvalho debate como a colonialidade, elemento constitutivo do padrão de poder capitalista, se torna global produzindo a primazia da episteme eurocêntrica, invisibilizando e subalternizando saberes outros, locais e plurais. Utiliza como intercessores teóricos privilegiados, dentre outros, no escopo da colonialidade, Boaventura de Sousa Santos e, na problematização da servidão, Espinosa. Mostra os possíveis de ruptura com a “cegueira epistemológica” e a servidão pela participação política de todos aqueles que constituem os espaços e tempos educacionais.

Christian Fernando Vinci apresenta uma produção educacional inspirada pela filosofia de Deleuze e Guattari, bem como as concepções epistemológicas que vigoram em seu interior, por meio da análise da noção de artistagem, formulado por Sandra Corazza, que o auxilia a compreender uma concepção de ciência pautada em uma ideia de experimentação, responsável por modificar o estatuto de certas temáticas/objetos clássicos privilegiados pelos estudos educacionais. Pensa, a partir de uma situação real, a tensão instaurada nas pesquisas educacionais entre uma concepção de ciência, mais racional e pautada no lógos, e outra, de caráter mais poético e inspirada no páthos.

Elizeu Clementino de Souza e Mariana Martins de Meireles procuram discutir aspectos teóricos relacionados ao processo de construção do conhecimento implicado, entrecruzando questões sobre pesquisar e narrar, no domínio da pesquisa (auto)biográfica

e suas articulações a noções conceituais, como uma das possibilidades de não cegueira epistemológica, segundo outros modos prováveis e possíveis de pensar-fazer pesquisa nos espaços formativos existentes na interface universidade-escolas da educação básica.

Joze Medianeira dos Santos de Andrade Toniolo e Celso Ilgo Henz discutem o conceito de auto(trans)formação permanente, a partir de uma metodologia alternativa e proativa de pesquisa-formação com professores. Assim, buscam construir uma compreensão político-epistemológica do conceito de auto(trans)formação permanente, tomando como base algumas dimensões que o compõem e o distinguem, epistemologicamente, do conceito de formação continuada. O texto traz como principal referência teórica os escritos de Paulo Freire e Marie Christine Josso, entendendo a auto(trans)formação permanente como um caminhar para si, mas construída na relação com os outros.

Alexandra Garcia, Soymara Vieira Emilião questionam as molduras que circunscrevem nossa capacidade de ver, perceber e compreender o que ocorre nas escolas, na sociedade e no mundo, e também a maneira como nossa capacidade de percepção e de diálogo com os conhecimentos produzidos na escola é afetado pelo modelo epistemológico que nega a racionalidade de outros modos de conhecer e perceber o mundo. Trazem situações do cotidiano escolar que nos impulsionam a pensar o que se vê e o que para nós é invisível diante dos modos hegemônicos de validar o conhecimento e argumentam sobre a necessidade de reconhecermos e de buscarmos superar nossas cegueiras.

Tania Delboni, Sandra Kretli da Silva “roubam” a noção de “cegueira epistemológica” para buscar linhas para produzir, criar e inventar múltiplas maneiras de habitar um campo problemático para acompanhar os processos de pesquisa e de vida engendrados nos cotidianos das escolas, nas vidas de docentes e discentes.

Magno Nunes Farias e Wender Faleiro assumem os sujeitos do campo para problematizar sua subalternização histórica e promover uma reflexão crítica que busca, a partir das teorias decoloniais, trazer o fenômeno da Educação do Campo enquanto prática Intercultural crítica calcada na Desobediência política-epistêmica, ou seja, enquanto fenômeno decolonial.

Carla Beatriz Meinerz e Martín José Fernández Ramírez analisam ações afirmativas e políticas para a educação antirracista no Brasil e no Uruguai, destacando semelhanças e diferenças entre políticas educacionais das duas nações. A apreciação parcial dos dados destaca o tratamento político dado à categoria racismo, em geral dissociado de sua relação com as culturas e com as epistemologias de cada local.

Antonio Carlos Rodrigues de Amorim aborda a condição paradoxal do encontro entre escritas e imagens nos registros das pesquisas com os cotidianos, haja vista a condição do jogo entre o visível-invisível, estruturante das lógicas da percepção e da representação da realidade. A partir da análise da proposição da noção de cegueira epistemológica, recorre a fontes de estudos tanto da filosofia quanto do cinema para adensar a ideia do retorno da imagem à visibilidade e não de retirá-la da invisibilidade ou de um campo de 'cegueira'.

Jane Paiva e William Rodrigues Barbosa discutem questões que emergem entre participantes de um grupo de pesquisa, frequentemente assaltados por entendimentos epistemológicos e teórico-metodológicos a priori de seus objetos. Tem o intuito de aclarar questões que permearam conflitos de pesquisadores em formação, tomando como fio condutor a problematização enquanto fundamento da investigação científica. Conclui, provisoriamente, mostrando que a impossibilidade de apreensão objetiva da realidade não exime o pesquisador da busca de propostas consistentes, rigorosas e inovadoras.

Carlos Roberto Carvalho e Affonso Henrique Vieira da Costa discutem o tema da agnosia epistemológica a partir de uma reflexão em torno de textos literários e buscam apreciar a vida como ela é vivida, como ela é vista, sobretudo, pelos artistas, pintores, cientistas e poetas. Tal apreciação possibilita a realização do trabalho que propõe e que leva a coisas que permitem abrir sentidos para a compreensão da realidade que cega ou ilumina.

No último artigo, Albert Cordeiro e Nazaré Cristina Carvalho apresentam a experiência de trabalho de um Contra-Mestre de Capoeira que, em um espaço de atendimento especializado, em Belém do Pará ensina o jogo da Capoeira para pessoas cegas e com baixa visão. Conclui que o jogo da capoeira promoveu uma exitosa ação inclusiva, onde o respeito às diferenças, a adoção de estratégias diferenciadas para que as práticas pedagógicas pudessem atender aos diversos ritmos e modos de aprendizagem, foram atitudes marcantes nas práticas educacionais e que os processos inclusivos oportunizados pelo jogo da Capoeira são uma ruptura instaurada pelos grupos marginalizados e invisibilizados pela cegueira epistemológica da modernidade.

Finalmente, além de agradecer àqueles que se interessarem e lerem nosso número temático, lembramos que temos abertas uma chamada para edição temática: contextos e singularidades, cujo prazo para submissão estende-se até 15 de outubro. Boa leitura!